



Bonificação na USP

A USP começa a indicar na prática um caminho promissor para aumentar a diversidade social no acesso ao ensino superior —é o que se desprende de seu último processo seletivo. A instituição adotou em seu vestibular uma bonificação aos alunos das escolas públicas —que tem como base a pontuação obtida na Fuvest, uma prova de avaliação e o Enem. Adotado há dois anos —inicialmente apenas sobre a nota da Fuvest—, esse sistema foi ampliado. Como resultado, a participação de oriundos da escola pública entre os selecionados aumentou 12,7%, como esta **Folha** noticiou no sábado. O percentual atingiu 29,3%, contra 26% em 2008.

Trata-se da maior taxa desde ao menos 2001, segundo relatório que analisa os últimos nove anos. Esse patamar teria sido superado em 1992 —com 31,3%—, mas o resultado anterior pode estar distorcido, dada a diferença de metodologia empregada.

A bonificação introduzida pela

universidade tem a dupla vantagem de adotar o critério socioeconômico —já que os egressos das escolas públicas em sua maioria têm nível de renda inferior— sem distorcer demasiadamente o princípio do mérito.

Desatar esse nó —o de permitir maior diversidade no acesso às universidades públicas sem afetar o desempenho médio dos seus cursos— é tarefa complexa. Nesse sentido, as chamadas políticas de ação afirmativa têm provocado debates acalorados. O STF ainda não se pronunciou sobre o ponto nevrálgico nessa controvérsia —a constitucionalidade da adoção de cotas baseadas em critérios raciais. Há boas razões na Carta para rejeitar esse modelo.

Além de afrontar o princípio de igualdade perante a lei, a seleção baseada em raças não possui fundamento objetivo. Iniciativas como a da USP inspiram maior equilíbrio e justiça —ainda que estejam naturalmente sujeitas a aperfeiçoamentos.